

ESCOLARIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A GARANTIA DE DIREITOS À EDUCAÇÃO

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.033-014>

Alicia Rosalva Barbosa Vieira

E-mail: aaliciaalencar0703@gmail.com

Tháisa Angélica Déo da Silva Bereta

E-mail: thaisaangelica@fai.com.br

Isadora da Rocha Spinola de Mello

E-mail: isarochaspinola@gmail.com

RESUMO

Os estudos afirmam que a necessidade de trabalhar é o principal motivo apontado por jovens de 14 a 29 anos para abandonarem os estudos. Desta forma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino cujo objetivo é assegurar os direitos educativos da população que não teve acesso ou interrompeu os estudos antes do término da Educação Básica. A presente pesquisa objetiva compreender historicamente os desafios e perspectivas de acesso dos trabalhadores rurais aos programas educacionais. Primeiramente, adotou-se como método a revisão bibliográfica da literatura, de 2007 a 2023, sobre o tema da escolarização de trabalhadores rurais. Também participaram, por meio de uma entrevista semiestruturada, dois trabalhadores rurais matriculados na EJA. Os entrevistados apontaram que o cansaço era o principal fator que impedia a continuidade dos estudos, sendo que a modalidade de ensino EJA, foi benéfica para a formação escolar. Brenner e Carrano (2023) destacam que o trabalho e a escola são espaços e tempos sociais que ao se articularem produzem expectativas e viabilizam projetos de vida, não devendo somente o trabalho ser compreendido como busca por meios de subsistência, mas também como a busca pela independência e autonomia, por parte dos estudantes. Diversos são os desafios em conciliar estudo e trabalho, levantando as reflexões sobre a importância da escolarização e das contribuições da Psicologia para a compreensão dos processos psicológicos necessários à formação do sujeito, do processo educativo e à implementação das atividades educativas.

Palavras-chave: Escolarização de Jovens e Adultos. Trabalhadores Rurais. Direito à Educação.



1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o objetivo da Constituição de 1934 era melhorar as condições de vida da grande maioria dos brasileiros, criando leis sobre educação, trabalho, saúde e cultura. Foi ampliado o direito de cidadania dos brasileiros, possibilitando à grande fatia da população, que até então era marginalizada do processo político do Brasil, participar então desse processo. A Constituição de 1934 trouxe, pois, uma perspectiva de mudança na vida de grande parte dos brasileiros. Como direito do cidadão e dever do Estado, a educação escolar pública deve ser garantida mediante acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria. O Art. 37 preconiza sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando que esta será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio, na idade apropriada. Sendo atualizado o presente artigo pela Lei 13.632/2018, com a visão da EJA ampliada para um instrumento de educação e de aprendizagem ao longo da vida (Brasil, 2018).

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988, também traz referências que norteiam a noção de direito à educação, assegurando que a educação é um direito de todos e também dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da Cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2016).

No entanto, no século XX, pensando na educação rural, esta não era uma questão de preocupação para o Estado, pois o interesse pela educação rural no país se inicia quando o analfabetismo começa a incomodar a cidade, na qual o desenvolvimento industrial e a expansão do comércio e serviços levam migrantes rurais, em uma grande parcela, analfabetos, para os espaços urbanos. Desde então, alfabetizar e escolarizar o campo passou a ser uma exigência da cidade. Na maior parte da história do Brasil, o analfabetismo esteve presente na condição de país agrícola, com a maioria da população morando no campo (Ferraro, 2012).

A escola no campo demorou para ser institucionalizada, pois até as primeiras décadas do século XX era destinada somente às pessoas que tinham mais condições financeiras. Foi demonstrado o descaso das matrizes culturais, na qual o foco era somente o trabalho escravo. No entanto, em relação à educação escolar brasileira demonstra uma precariedade nos elementos humanos para o trabalho pedagógico, a infraestrutura e espaços físicos inadequados, a falta de condições de trabalho, incluindo o salário, ausência de uma formação inicial e continuada (Hage, 2009).

Esses sujeitos carregam uma tradição do analfabetismo, tratada como uma condição social, na qual homens e mulheres identificam como incapacidades próprias e individuais, tirando a responsabilidade do Estado na distinção de recursos financeiros e humanos que assegurem o direito à educação, também não sendo vista como uma consequência de fragilidades na organização da sociedade. De certo modo, atendendo às necessidades educacionais, o Estado vem oferecendo



programas de alfabetização e de Ensino Fundamental e Médio para a população jovem e adulta do campo que não se escolariza quando criança e essa oferta promete uma melhoria da vida e aponta perspectivas profissionais (Pereira, 2007).

Sendo assim, a escolarização de trabalhadores rurais permite afirmar que a educação de jovens e adultos no campo é realizada ainda com precariedades. Os espaços participativos como associações, sindicatos e especialmente, os conselhos não têm sido efetivamente incorporados ao universo desses trabalhadores para busca de soluções ou exercer o controle social sobre as políticas e os programas educacionais. A educação é tratada de forma secundária como questão do Estado, acarretando uma discrepância entre o discurso e a realidade prática, ao afirmar que apesar dos trabalhadores rurais insistirem em frequentar cursos de educação em salas de aula precárias, onde são despendidos esforços de professores das próprias comunidades rurais para que o processo de ensino aprendizagem aconteça (Pereira, 2007).

Partindo para outro pressuposto, a Escolarização de Jovens e Adultos pode ser um meio de contato desses trabalhadores rurais que não possuem acesso à escolarização rural, ou seja, no campo, uma vez que precisam se direcionar para as escolas nas cidades. Assim, a EJA é uma modalidade de ensino destinada a garantir os direitos educativos dessa numerosa população que não teve acesso ou interrompeu estudos antes de concluir a Educação Básica. É uma prática em que adultos se envolvem em atividades sistemáticas e sustentadas de autoeducação, a fim de obter novas formas de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores (Oliveira, 1999).

A EJA vem sendo oferecida desde 1970, à jovens e adultos a partir de 15 anos e divide-se em dois segmentos: para as séries iniciais e finais. Sendo assim, o primeiro segmento tem como metodologia a leitura como princípio educativo, sendo destinado à alfabetização, possuindo um professor pedagogo como responsável (Reibnitz; Melo, 2021).

O sistema da EJA foi criado para garantir o desenvolvimento da educação básica para pessoas acima da idade escolar. As pessoas que se inscrevem na EJA procuram um curso diferente. A maioria trabalha, tem família ou outras responsabilidades que as impedem de dedicar grande parte do seu tempo à escola. Normalmente, o horário da aula é o único horário que eles têm para estudar. Conseqüentemente, a educação de jovens e adultos deve ser pensada para se adequar às necessidades e limitações desse público. Além disso, as tarefas que os professores enfrentam não são apenas de natureza metodológica. Embora os conteúdos abastecidos sejam os mesmos direcionados a quem frequenta o ensino na idade adequada, às práticas docentes não podem ser as mesmas, porque se trata de um público com muita bagagem cultural e experiência de vida. Estão agrupados em dois perfis bem distintos, adolescentes e adultos, na mesma turma (Ciampi, 2003).

Contudo, os jovens das classes populares, enfrentam uma dura e desprotegida luta que combinam trabalho e permanência na escola, sendo preciso dizer que nesse quadro de crescentes

incertezas e de diminuição das margens de previsibilidade de futuro, jovens que ainda renunciam a escola, mas que almejam trabalhos protegidos, não apenas pela carteira assinada, mas que também seja um trabalho fixo que lhes permita remuneração e tempo livres suficientes para conciliar tantos afazeres (Brenner; Carrano, 2023).

O retorno à escolarização pode representar para esses jovens um momento singular de retomada dos sentidos, alimentando, sonhos e projeções futuras, pois a experiência vivida em outros espaços, possibilitam compreender a importância da escola. Quando muitos desses jovens vivenciam entraves provocados pela ausência de credenciais escolares, seja no mercado de trabalho ou vida social, a interrupção dos estudos é revista e o reingresso passa a ser a alternativa (Brenner; Carrano, 2023).

Os estudos afirmam que a necessidade de trabalhar é o principal motivo apontado por jovens de 14 a 29 anos para abandonar os estudos, conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aproximadamente quatro em cada dez jovens que não concluíram o ensino médio precisou deixar as salas de aula para trabalhar. O IBGE afirma que ao todo, no Brasil, 20,2% dos jovens entre 14 a 29 anos não completaram o Ensino Médio, seja porque abandonaram a escola antes do término dessa etapa, seja porque nunca chegaram a frequentá-la. Isso equivale a 10,1 milhões de jovens. A maioria é homem (58,3%) e pretos ou pardos representam 71,7% de todos que não estavam estudando. Segundo a pesquisa, quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentado a escola, esses jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário, resposta dada por 39,1% dos entrevistados (IBGE, 2013).

Desta forma, o papel das escolas é formar cidadãos conscientes que compreendam o funcionamento da sociedade em que vivem e encontrem formas de melhorá-la. Portanto, as escolas não devem somente ensinar aos alunos a importância das regras e das leis para a convivência social e o respeito pelos direitos dos outros, mas também, ajudar a construir uma sociedade mais justa, fornecendo aos estudantes as ferramentas para fazerem valer os seus direitos (Bondioli, 2008).

Configura-se também como função da escola contribuir para a formação integral do aluno nas mais diferentes áreas formativas: social, acadêmica e profissional, ajudando-o a encarar os desafios da vida. As habilidades socioemocionais são importantes para formar adultos responsáveis e empáticos, que respeitam o próximo e sabem gerenciar as suas próprias emoções (Penteado, 2023). A escola, ao contribuir para a formação do pensamento crítico, promove o desenvolvimento de capacidades sociais e emocionais importantes para a convivência dentro e fora do ambiente educacional, contribuindo inclusive para a formação de cidadãos mais éticos, que contribuem ativamente para o bem-estar social (Savio, 2013).

Sendo assim, os objetivos deste artigo são compreender historicamente os desafios e perspectivas de acesso dos trabalhadores rurais aos programas educacionais, realizar um levantamento bibliográfico a respeito da escolarização dos trabalhadores rurais, realizar entrevistas com



trabalhadores rurais participantes de programas educacionais de escolarização de jovens e adultos, bem como, destacar as contribuições da Psicologia para a educação dos trabalhadores rurais, a partir da organização de programas educacionais.

2 MATERIAIS E MÉTODO

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética com Seres Humanos e recebeu parecer favorável, sob o número CAAE 69167923.1.0000.5496. Primeiramente, adotou-se como método a revisão bibliográfica da literatura, de 2007 a 2023, sobre o tema da escolarização de trabalhadores rurais. A busca dos textos foi realizada nas bases de dados BvsPsi, SciELO e Google Acadêmico, a partir das palavras-chave: educação de jovens e adultos, trabalhadores rurais, direito à educação, educação no campo, escolarização de trabalhadores rurais. Foram encontrados 21 artigos, mas após leitura, foram selecionados nove, por estarem mais próximos da temática proposta neste estudo. Utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), sendo estabelecidas as seguintes categorias de análise: Educação de Jovens e Adultos, Trabalho e Escolarização, Perspectivas de Futuro, que serão discutidas a seguir.

Em um segundo momento, participaram de uma entrevista semiestruturada, dois trabalhadores rurais, de 35 anos, que frequentaram a EJA, em uma instituição de ensino do interior do Estado de São Paulo. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A abordagem qualitativa foi realizada por meio de entrevista, composta de 16 perguntas, sobre dados pessoais do participante, o que motivou a retornar ao estudo, como foi esse processo, as dificuldades encontradas e os motivos da não continuidade dos estudos no momento inicial de ingresso no sistema educacional.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como abordado na metodologia, foram selecionados nove artigos, sendo dois do ano de 2007, um de 2015, dois de 2021, um de 2022 e três artigos de 2023, conforme a Tabela 01.



Tabela 01 - Artigos selecionados nas bases de dados científicas

Nº	Ano	Título	Autor	Local	Tipo de estudo	Delineamento	Objetivo
1	2007	Espaços de participação e escolarização de trabalhadores rurais: construção ou destituição do direito à educação no campo?	Pereira, Sônia Barreto	Baturité, CE	Estudo de revisão e análise de pesquisa	Análise Qualitativa	Identificar os fatores explicativos da persistência dessa população em processos educacionais marcados por dificuldades e insuficiências, examinando em que medida o direito à educação vem sendo instituído no campo.
2	2007	Trajatórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio.	Pereira, Sônia Barreto	Rio de Janeiro, RJ	Estudo de revisão estatística	Análise Quantitativa	Depreender e compreender trajetórias de escolarização e percursos biográficos de jovens estudantes de ensino médio de escolas públicas que se encontram em situação de defasagem escolar.
3	2015	A formação de jovens do campo e o vínculo entre conhecimento, trabalho e educação: um estudo do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak.	Janata, Natacha Eugenia	Rio de Janeiro, RJ	Estudo de revisão estatística	Análise Quantitativa	Destacar as problemáticas acerca do acesso ao conhecimento e a relação trabalho e educação na formação dos jovens.
4	2021	Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos.	Reibnitz, Cecília de Sousa; Melo, Ana Carolina Staub de	Florianópolis, SC	Estudo de revisão	Análise Qualitativa	Analisar essa metodologia, adotada pela rede desde 2001, perpassando seu desenvolvimento, seus referenciais teóricos e algumas reflexões sobre a prática escolar cotidiana.
5	2021	Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização.	Souza Filho, Alcides Alves de; Cassol, Atenuza Pires; Amorim, Antonio	Salvador, na Bahia	Estudo de revisão	Análise Quantitativa	Refletir sobre os motivos que determinaram a inserção dos jovens na EJA, especificando as causas e os impactos vivenciados.
6	2022	Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades.	Gomes, Maria de Fátima Feitosa Amorim; Freitas, Marinaide Lima de Queiroz; Marinho, Paulo	Alagoas, AL	Estudo de revisão Análise de experiência	Análise qualitativa	Conhecer e compreender os perfis demográficos, socioeconômicos e educacionais dos estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).
7	2023	Educação popular na escola pública: uma análise das origens do Programa de Educação de Jovens e Adultos da rede municipal do Rio de Janeiro (1985-1996).	Serra, Enio.	Rio de Janeiro, RJ	Análise de revisão	Análise Qualitativa	Refletir sobre a perspectiva histórica da Educação Popular na Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas.

8	2023	Entre o Trabalho e a Escola: cursos de vida de jovens pobres.	Brenner, Ana Karina; Carrano, Paulo Cesar Rodrigues	Rio de Janeiro, RJ	Análise de revisão	Análise Qualitativa	Analisar os dados que são resultantes de três metodologias de investigação: survey, entrevistas narrativas e dispositivos fotográficos para a narração de si.
9	2023	Trajétórias de trabalho: empregos precários e inserções provisórias.	Silva, José Humberto da	Salvador, BA	Análise de revisão	Análise Qualitativa	Desvelar os percursos laborais construídos por parte da juventude trabalhadora brasileira, este trabalho pretende, por meio de singulares trajetórias e triangulando conjuntamente com bases de dados nacionais, analisar duas formas de inserção no trabalho: o primeiro emprego por meio da lei da aprendizagem e o emprego no setor de telemarketing.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2023).

Na primeira categoria, Educação de Jovens e Adultos (EJA), percebemos ser uma modalidade de ensino voltada para atender uma parcela da população, representada por jovens e adultos, que são trabalhadores e que buscam uma inserção no processo de ensino-aprendizagem, por não terem possibilidade de estudarem na idade esperada. Serra (2023) afirma que as dificuldades de se implementar projetos pedagógicos de EJA, nas escolas públicas, podem ter origem na suposta dicotomia entre a educação formal e não formal, na qual apesar de avanços importantes em alguns contextos, as dificuldades para desenvolver a EJA, na perspectiva da Educação Popular em escolas públicas, continuam sendo muitas.

Partindo para outro pressuposto, apesar das grandes dificuldades encontradas, em algumas regiões do Brasil, como Florianópolis–SC, foi implementada uma metodologia diferente chamada de pesquisa como princípio educativo, na qual o foco das aulas é desenvolver pesquisas pelos estudantes, com os professores atuando como mediadores e propondo intervenções para a turma. Essa metodologia surgiu através da percepção da grande demanda da EJA em contraposição a uma pequena parcela da população que ela atinge, visando ser o mais diversificada possível (Reibnitz; Melo, 2021).

Na segunda categoria, que compreende Trabalho e Escola, é possível entender que ao analisar a conformação do mercado de trabalho no final da primeira década, pode se perceber uma queda na taxa de desemprego. Segundo Silva (2023), o mercado de trabalho não atinge de forma homogênea toda a juventude, tampouco a juventude trabalhadora brasileira, no qual o território geográfico, a classe social, o sexo, a cor/raça são fatores que acarretam para essa desigualdade.

Porém, não é incomum que esses mesmos jovens sejam responsabilizados por suas escolhas realizadas em quadros que combinam desigualdades estruturais, crises econômicas e restrições sociais e culturais herdados pelo ciclo de pobreza familiar (Brenner; Carrano, 2023), E diante desse modelo biográfico, os jovens de uma sociedade de risco, necessitam ser sujeitos ativos na construção de biografias em condições produtoras para a realização de suas escolhas (Beck, 2010 apud Brenner;

Carrano, 2023). É entendido que associar o trabalho e a educação traz elementos formativos para a compreensão da forma histórica que vivemos sob alienação humana (Freitas, 2011 apud Janata 2015).

Já na terceira categoria estabelecida, Perspectivas de Futuro, Panno e Machado (2014) discorrem que por meio das suas decisões, os indivíduos visam buscar seus objetivos preestabelecidos, assim como ter condições agradáveis de trabalho. Apesar dos incentivos dados a sua permanência no meio rural ser crescente, ainda são pouco atrativos em meio às oportunidades oferecidas fora dela, por exemplo pelas áreas urbanas. A escolarização traz a perspectiva de uma melhoria na renda, ascensão social, reconhecimento profissional e a conquista por um espaço cada vez mais competitivo no mercado de trabalho (Panno; Machado, 2014).

Durante as entrevistas, os participantes relataram a dificuldade de conciliar o trabalho no campo e os estudos, uma vez que a demanda de serviço era exaustiva ao ponto de abdicar sua vontade de concluir a escolarização, tendo como consequência o abandono da escola por tempo indeterminado. Em relação a essas afirmações, Carrano, Marinho, Oliveira (2015), apresentam que muitas das características sociais e individuais adquiriram sentido na relação com os desafios existenciais no contexto social que rodeia o indivíduo, podendo ser citada o caso de jovens fora da série matriculada, conciliando a dupla condição de estudante e trabalhador, sendo um fator decisivo no desafio da escolarização. Os autores destacam que esse desafio pode ser agravado pela realidade de escolas que aparentam ignorar que parte de seus alunos já são trabalhadores ou se encontram em busca de trabalho.

Percebe-se que algumas perguntas relacionadas ao retorno aos estudos após um período, se remete a busca de um emprego melhor, pois os mesmos só conseguiriam alcançar esse objetivo ao finalizar os estudos. No entanto, a EJA é um dos únicos recursos que os mesmos poderiam utilizar. Sendo assim, os entrevistados se referem a EJA como um fator importante na vida deles.

Porém, há uma grande demanda de EJA no país, em contraposição à pequena parcela populacional que essa modalidade atinge, dificultando atender as necessidades da população, as quais são diversificadas e não seria possível imaginar a aplicação de uma fórmula em larga escala. Sua função é reparar os percursos não feitos no tempo regular dos ensinos Fundamental e Médio (Reibnitz; Melo, 2021).

No histórico da EJA o foco dessa modalidade configura-se como uma ação reparadora, de direito à educação equitativa e de qualidade, junto da atualização da aprendizagem. Entende-se que esse público específico vem em busca da alfabetização e da escolarização numa faixa etária que marca a identificação desse coletivo de alunos (Filho; Cassol; Amorim, 2021). Assim, a impossibilidade de escolha durante a infância se remete a alternativa de optar por um trabalho árduo, mas que durante um período faz sentido na vida do sujeito. Como podemos verificar nas entrevistas realizadas, com dois colaboradores que cursaram o Ensino Médio, por meio da EJA.

O entrevistado 01 discorre que tem 35 anos e é solteiro, o mesmo afirma que já foi casado há uns anos, mas que nunca teve filhos e mora atualmente com o pai e com a tia. Afirma que não exerce uma função só no trabalho, pois além de trabalhar dirigindo uma colhedora de cana-de-açúcar, também trabalha dirigindo tratores e outras máquinas agrícolas. Essas outras funções são realizadas quando alguns trabalhadores estão de folga ou que por algum motivo, os trabalhadores precisaram se ausentar do trabalho. O colaborador discorre que já havia frequentado a escola antes, mas que por motivos de trabalho e cansaço precisou parar os estudos. O mesmo afirma que trabalhava na roça junto de seu pai, e que o serviço era pesado e muito cansativo, ao ponto de não ter forças e nem vontade de ir para a escola, no período noturno. Fomenta que parou no 2º ano do Ensino Médio, em seguida, ele afirma que a sua motivação e vontade de retornar aos estudos foi especificamente ter uma visão de futuro como, por exemplo, prestar concursos públicos ou até mesmo cursar uma faculdade.

O entrevistado destaca que durante muito tempo teve o desejo em prosseguir os estudos, mas que pelo fato de atuar em novos cargos e de a cada semana estar em turnos diferentes, isso poderia ser prejudicado se começasse a estudar novamente. Disse que inicialmente não voltou a estudar, mesmo com o desejo, porque sua rotina ainda era confusa e precisava, primeiramente, se organizar. Relata que não precisou que ninguém falasse sobre esse assunto, pois já era uma vontade própria retornar os estudos. Fez uma primeira tentativa de retorno à escola, tendo frequentado por dois anos, mas interrompeu novamente os estudos durante seis meses, tendo retornado posteriormente para finalizar. Relata que foi complicado o tempo em que permanecia afastado da escola, pois quase não via nenhuma perspectiva de vida, uma vez que empregos melhores dependiam da escolaridade completa. Também aborda a esperança de ingressar no ensino superior, pois o emprego, no qual se encontra atualmente, permite a melhoria na situação financeira. Coloca que se houver a necessidade de mudar novamente de emprego, as chances de conseguir um novo emprego é maior devido à escolarização. Afirma que esta é fundamental na vida de todas as pessoas, pois quanto mais estudar e até mesmo se especializar, as oportunidades no mercado de trabalho irão aumentar e isso, contribui para uma vida financeiramente mais tranquila, bem como para uma qualidade de vida.

Existe atualmente um declínio crônico nos setores do mercado de trabalho que exigem qualificações mínimas. Isto significa que as expectativas da “sociedade do conhecimento” colocam mais pressão sobre os indivíduos obrigados a demonstrar certos padrões de conhecimento e qualificações. Para aqueles que não cumprem, há consequências muito mais graves do que nas sociedades industriais tradicionais. É claro que a lógica da exclusão depende do mesmo mecanismo. A classe social e o gênero continuam sendo fatores determinantes. No entanto, a idade também desempenha um papel crescente (Souza, 2016). Acompanhado do término dos estudos, surge a perspectiva de futuro, no qual possibilita a abertura de portas para o mercado de trabalho com chances melhores de um crescimento profissional. A procura de emprego é uma situação que não só demonstra

as mudanças recentes na organização do mercado de trabalho, mas também desvenda a função das relações sociais na sociedade moderna (Brandão, 2015).

Já o colaborador 02, também de 35 anos, é solteiro, mas em união estável há 5 anos e pai de uma filha de 5 anos. Apresenta que trabalha como Operador de Máquina Agrícola, atuando com um trator em preparo de solo para plantação, no cultivo de cana-de-açúcar, bem como atua com defensivos agrícolas para melhorar a qualidade da produção. Destaca que terminou os estudos através do EJA, mas que havia interrompido os estudos na 8ª série do Ensino Fundamental. Complementa que na época trabalhava muito, era um trabalho excessivo e que exigia muita força física. Começou a trabalhar aos 13 anos como servente de pedreiro e no campo com a colheita de maracujá e batata. Diz que o motivo de sua volta aos estudos foi porque as empresas exigem no mínimo Ensino Médio completo e que estava ficando sem oportunidades no mercado de trabalho. A iniciativa de retorno aos estudos partiu do próprio colaborador, que tinha interesse em crescer no seu trabalho e só iria conseguir quando tivesse concluído os estudos. Sentia-se diferente de seus colegas de trabalho, por conta do pouco estudo. Atualmente, sente-se mais realizado, por mudar de profissão na empresa, passando de auxiliar agrícola (trabalhava exposto ao sol) para o controle, de uma máquina toda automatizada, com ar-condicionado e um salário maior. O colaborador conheceu o programa da EJA através da internet, e não conhecia ninguém que já havia realizado, mas quando retornou aos estudos conheceu muitas pessoas que estavam na mesma situação. Reforça que sua vida melhorou bastante, e destaca que essas melhorias aconteceram por meio do estudo. Acredita que com isso, sua carreira continuará melhorando, bem como suas expectativas profissionais.

Com a fala dos participantes verificamos que a necessidade de trabalhar é um desafio persistente para os jovens de classes econômicas de maior vulnerabilidade, no Brasil (Brenner; Carrano, 2023). Assim, ao investigar o sentido atribuído ao retorno à escolarização a partir da EJA, identificamos que a reconfiguração de projetos de vida e sonhos adiados por diferentes circunstâncias é evidente na fala dos participantes. A escolarização está atrelada a projeções futuras e reformulações nos projetos de vida, trazendo sentido à nova busca pela escolarização (Costa, 2011).

Brenner e Carrano (2023) destacam que o trabalho e a escola são espaços e tempos sociais que ao se articularem produzem expectativas e viabilizam projetos de vida, não devendo somente o trabalho ser compreendido como busca por meios de subsistência, mas também como a busca pela independência e autonomia, por parte dos estudantes.

Diante desta perspectiva apresentada pelos participantes, compreendemos que a Psicologia desempenha um papel importante na educação, desenvolvendo atividades que podem possibilitar a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, criando intervenções que permitem a superação de processos de exclusão, patologia e estigma social. A inclusão de psicólogos nas escolas deve ser vista como um meio de promover práticas inclusivas e garantir os direitos e o acesso à escolaridade para



todos. Seus resultados também permeiam a formação de professores que aborde o desenvolvimento da subjetividade humana, o impacto das relações sociais e sua ligação com o processo educativo (Massimi, 1987).

A inserção de psicólogos nas escolas deve ser vista como uma melhoria das práticas de inclusão e como garantia dos direitos dos envolvidos. A Psicologia é capaz de compreender o processo de ensino-aprendizagem e sua combinação com o desenvolvimento, a partir da reflexão das subjetividades, da personalidade em geral, do conflito, da reconciliação e da superação. Fornecendo assim, categorias e conceitos teóricos para a compreensão dos processos psicológicos, necessários à formação do sujeito, do processo educativo e à implementação das atividades educativas (Massimi, 1987).

A história da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil pode ser mencionada desde os tempos coloniais, quando preocupações com a educação traziam em seu âmago composições sobre o fenômeno psicológico. No século XIX, ideias psicológicas articuladas à educação foram também produzidas no interior de outras áreas de conhecimento, embora de maneira mais institucionalizada (Massimi, 2001).

Para tanto, a atuação do psicólogo educacional deve ser pautada pelo domínio do referencial teórico, bem como de conhecimentos específicos no campo da educação e demais campos do conhecimento integrados no ambiente acadêmico. O quadro teórico que aqui defendemos é de ir além das práticas tradicionais dos psicólogos escolares, que muitas vezes se baseiam numa perspectiva, nem sempre consciente ou assumida, de ação terapêutica clínica (Massimi, 1987). Cotidianamente o psicólogo educacional precisa romper com atuações que estejam apenas pautadas nesta prática clínica no contexto educacional, mas que promovam o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, contribuindo assim, para serem mais atuantes na sociedade e nas relações estabelecidas, inclusive promovendo a garantia do direito à educação.

4 CONCLUSÃO

Diante dos resultados levantados referentes ao tema, pode-se compreender que a maioria dos sujeitos que abandonam os estudos ou não frequentaram a escola é para ingressar no mercado de trabalho, por necessidades financeiras e da própria subsistência. Os dois colaboradores entrevistados apresentam o mesmo motivo, dizendo que deram início a um trabalho pesado para manter a si e sua família. No entanto, identifica-se que o retorno aos estudos é pelo mesmo motivo da desistência, procurar melhores oportunidades de trabalho, a partir de maior escolarização.

Pode-se considerar que as classes mais vulneráveis enfrentam os desafios de escolher entre a escola e o trabalho, por conta da necessidade socioeconômica. Sendo extremamente importante, aumentar a instrução e a qualificação da população, para haver a diminuição da desigualdade



educacional. O aumento da escolaridade e a ampliação da qualificação, poderia contribuir para facilitar a inserção no mercado de trabalho.

Além de comprometer o desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural dos indivíduos, o abandono escolar tem como reflexo direto a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. As pessoas que não conseguem terminar os estudos, geralmente acabam ocupando cargos informais, de menor qualificação e remuneração mais baixa. Para as classes marginalizadas em uma sociedade, as dificuldades em se dedicar aos estudos impedem que essas pessoas saiam dessa condição.

Quando os alunos faltam ou deixam de frequentar as aulas, é preciso um olhar atento para entender os motivos que os afastam da sala de aula. Conhecer a realidade dos alunos e das famílias, no local onde a escola está inserida, é fundamental para os gestores criarem estratégias para permanência dos alunos na escolarização. Também é importante investir em tecnologia e tornar a escola mais atrativa aos alunos, com metodologias que respondam às suas necessidades e que acompanhem a nova geração. Por fim, é importante que se desenvolvam políticas públicas que não apenas reduzam a evasão escolar, mas que minimizem as desigualdades enfrentadas pelos estudantes/trabalhadores.

Algumas produções no campo da Psicologia, fertilizaram o terreno da individualização do desempenho escolar e das desigualdades sociais, desenvolvendo pesquisas e explicações teóricas que focam na caracterização dos grupos desfavorecidos (Barros, 2005). Assim, a Psicologia precisa problematizar essa maquinaria modelizadora, que, muitas vezes, é o espaço escolar, afirmando-o como fonte de conhecimento e de invenção de novas formas subjetivas (Heckert; Barros, 2007).

Rocha (1996, p. 179), destaca que “a vida escolar pode se desdobrar em perspectivas que a façam sair da condição de usuária dos paradigmas instituídos, transformando-se em usina de conhecimento”. E essa “escola usina de conhecimento” está ali onde os humanos lutam, suam e criam, “cabe dar visibilidade e dizibilidade a esses movimentos que, aliançados com o invisível, vão produzindo objetos e sujeitos não modelizados” (Oliveira, 2001, p. 237). A mudança e a melhoria só iniciam a partir do potencial humano, cada sujeito deve enfrentar aquilo que deseja, neste sentido, a escola propõe um processo de escolarização e o movimento interno do sujeito equivale a essa continuidade (Frigotto, 1998).

A partir das discussões aqui propostas, acreditamos ter cumprido com os objetivos do estudo, mas defendemos a necessidade da continuidade de pesquisas que abordam os desafios e as oportunidades de acesso dos trabalhadores rurais aos programas educacionais, com destaque para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as contribuições da Psicologia para um desenvolvimento humano autônomo, em que todos tenham direito de acesso à educação.



REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229p.

BARROS, M. E. B. Desafios ético-políticos para a formação dos profissionais de saúde: transdisciplinaridade e integralidade. In: R. Pinheiro. Ensinar saúde: a integralidade e o SUS nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ: CEPESQ: ABRASCO, 2005.

BONDIOLI, A. Osservare, ragionare, fare ipotesi. AVSI. AutoValutazione della Scuola dell'Infanzia, Azzano S. Paolo (Bg): Edizioni Junior, p. 148- 156, 2008.

BRANDÃO, Z.; CARVALHO, C. P. DE. Qualidade do ensino, balanço de uma década de pesquisas. Educação & Sociedade, v. 36, n. 131, p. 445-458, abr. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/XRjfTNnFyfkVhdQdTMShy5q/?lang=pt#ModalHowcite>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 nov. 2023.

BRASIL. Lei n.º 13.632, de 6 de março de 2018. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Brasília: LDB, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm>. Acesso em: 14 out. 2022.

BRENNER, A. K.; CARRANO, P. C. R. Entre o Trabalho e a Escola: cursos de vida de jovens pobres. Educação & Realidade, v. 48, p. e120417, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/wrjyvyBmV7zsWtmLgDrz8SN/>>. Acesso em: 15 out. 2022.

CARRANO, P. C. R.; MARINHO, A. C.; OLIVEIRA, V. N. M. DE. Trajetórias truncadas, trabalho e futuro: jovens fora de série na escola pública de ensino médio. Educação e Pesquisa, v. 41, n. spe, p. 1439-1454, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/P9xX7fLYt8MSgL4VmcGK4ft/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CIAMPI, H. O Processo do conhecimento/pesquisa no ensino de história. História & Ensino, v. 9, p. 109-132, 2003. Disponível em: <<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12079>>. Acesso em: 08 out. 2023.

COSTA, Mariane Brito da. Começar de Novo: um estudo sobre percursos biográficos de jovens na EJA. 2011. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

FERRARO, A. R. Quantidade e qualidade na pesquisa em educação, na perspectiva da dialética marxista. Revista Pro-Posições, v. 23, n. 1, pp. 129-146, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/8rGTrz3HTMFpBjKGkQqKQbG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 out. 2022.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 25-54. (Coleção estudos culturais em educação).



GOMES, M. DE F. F. A.; FREITAS, M. L. DE Q.; MARINHO, P. Estudantes do Proeja: de percursos negados a outras possibilidades. *Educar em Revista*, v. 38, p. e82026, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/zdJWq3ZQS9HWTwzg4YVS7wc/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

HAGE, S. A. M. A Multissérie em pauta: para transgredir o paradigma seriado nas escolas do campo. In: FACED/UFBA. Salvador, 2009. Disponível em: <https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/multisserie_pauta_salomao_hage.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023.

HECKERT, A. L. C.; BARROS, M. E. B. Fracasso escolar: do que se trata? *Psicologia e educação, debates "possíveis"*. Aletheia, Canoas, n. 25, p. 109-122, jun. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 40 anos de regiões metropolitanas no Brasil. Brasília, DF: IBGE, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=286302>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

JANATA, N. E. A formação de jovens do campo e o vínculo entre conhecimento, trabalho e educação: um estudo do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak. *Educar em Revista*, n. 55, p. 111–127, jan. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bak/a/7NLF34cvw4PtP3YhLSKQZCQ/>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MASSIMI, M. As origens da psicologia brasileira em obras do período colonial. In: *História da Psicologia*. São Paulo, EDUC, Série Cadernos PUC-SP, n. 23, 1987, pp. 95-117.

MASSIMI, M. A Psicologia dos Jesuítas: Uma Contribuição à História das Ideias Psicológicas. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v 16, n 5, pp. 625-633, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/yqmHJfbCdbYMYfbRn7LMKFy/?lang=pt&format>>. Acesso em: 15 out. 2022.

OLIVEIRA, S. P. de. Micropolítica do fracasso escolar: uma tentativa de aliança com o invisível. Dissertação de Mestrado (Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 59-73, dez. 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781999000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2023.

PANNO, F; MACHADO, J. A. D. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural Partir ou Ficar no Campo. *Desenvolvimento em Questão*, v. 12, n. 27, p. 264-297, jul/set. 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/752/75232113010.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2023.

PENTEADO, D. F. DE M. Os projetos educacionais da sociedade Auxiliadora da indústria nacional: as trajetórias da escola noturna de instrução primária de adultos e da escola industrial (1871 - 1902). *Almanack*, n. 33, p. ea00322, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/alm/a/XDWPWh7XtJJz3XVkvqjTgBg/>>. Acesso em: 17 out. 2023.

PEREIRA, S. Espaços de participação e escolarização de trabalhadores rurais: construção ou destituição do direito à educação no campo. *Rev. Brasil Educação*. v. 22, n. 7, p. 12-35, 2007.



Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/DtTCXcsjqj9SmC6wBz8JPSM/>>. Acesso em: 06 set. 2022.

REIBNITZ, C. S.; MELO, A. C. S. Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos. Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. v. 29, n. 111, p. 484-502, abr./jun. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yb4j3Sn68RMHj5RB6XgDPgL/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

ROCHA, M. L. Do tédio à cronogênese: uma abordagem ético-estético-política da prática escolar. Tese de Doutorado (Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

SAVIO, D. La valutazione come 'promozione dall'interno'. Revista Latino-americana de Educación Infantil, v. 2, n. 2, p. 69-86, 2013.

SERRA, E. Educação popular na escola pública: uma análise das origens do Programa de Educação de Jovens e Adultos da rede municipal do Rio de Janeiro (1985-1996). Revista Brasileira de História da Educação, v. 23, p. 3, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbhe/a/7g5Pf8syn5ZWLtyCR984cWg/?lang=pt#ModalHowcite>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SILVA, J. H. DA. Trajetórias de trabalho: empregos precários e inserções provisórias. Rev Pro-Posições, v. 34, p. 107, 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pp/a/8XcgTJV7pGgnQ6qsQ6brCys/?lang=pt>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SOUZA, V. L. T. Contribuições da Psicologia à compreensão do desenvolvimento e da aprendizagem. In: SOUZA, V. L. T.; PETRONI, A. P.; ANDRADA, P. C. (Orgs.). A Psicologia da arte e a promoção do desenvolvimento e da aprendizagem: intervenções em contextos educativos. v. 04, p. 11-28, 2016.

SOUZA FILHO, A. A.; CASSOL, A. P.; AMORIM, A. Juvenilização da EJA e as implicações no processo de escolarização. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, Brasil. V.29, n.112, p. 718-737, jul./set. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/4b8tWfCRNXmBxCt8CzC3chQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 05 nov. 2023.